Acervo ISA

CEDI
Povos Indígenas no Brasil
Fonte O Estado de São Paulo Class.: 61
Data 1 de abril de 1977 (?) Pg.:

Emancipação individual do índio vai ser regulamentada

Da sucursal de BRASÍLIA

A emancipação individual dos índios brasileiros, quando aconselhada pela Funai e pela justiça, poderá ser aprovada independentemente da opinião do indígena emancipado. Esta determinação constará de decreto a ser baixado pelo presidente Ernesto Geisel, regulamentando a aplicação do Estatuto do Índio, e foi decidida ontem pelo ministro Rangel Reis, do Interior, após prolongado encontro com juristas e indigenistas, no Rio de Janeiro.

O objetivo do decreto de regulamentação é esclarecer alguns pontos do Estatuto do Índio que estão gerando controvérsias, como o problema da emancipação individual. Esse foi um dos assuntos já definidos nas discussões preliminares de sexta-feira, no Rio, e leva em conta que o Estatuto estabelece, tanto para a emancipação individual como para a coletiva, que o pedido para liberação da tutela deve partir do próprio índio, desde que ele ou o grupo atenda a uma série de exigências, como alfabetização e idade mínima de 21 anos. Ocorre que, na opinião do ministro, do sertanista Orlando Villas Boas, do autor do projeto do Estatuto do Índio, Themístocles Cavalcanti, e do presidetne da Funai, há casos isolados de índios que já estão vivendo em perfeito entrosamento com a sociedade nacional. São eleitores, reservistas e moram nas cidades e, no entanto, continuam tutelados pela Funai recebendo todas as garantias de indivíduo incapaz e por isso inimputável.

Durante o encontro, Rangel Reis fez uma breve exposição sobre a situação do índio no Brasil, reconhecendo que, desde 1970, com os programas de ocupação da Amazônia, o processo de integração do índio tornou-se mais rápido, trazendo uma série de problemas para as comunidades que viviam até então isoladas.

"Hoje em dia temos cerca de 180 mil índios no Brasil — disse o ministro —, sendo que a metade é assistida pela Funai e a outra pelas missões, que, de modo algum, serão afastadas de seu trabalho. Há missões que trabalham bem e outras que apresentam deficiências em sua atuação. Todas elas, a partir de agora, receberão orientação da Funai."

"NÃO HÁ PRESSA"

Embora reconhecendo a necessidade da emancipação dos grupos mais aculturados, o ministro do Interior, pela primeira vez, reformulou publicamente a sua intenção de marcar prazo para a liberação da tutela de comunidades inteiras, como afirmou no final do ano passado. "A não ser alguns casos isolados de índios, para os quais a tutela já se tornou totalmente desnecessária, não há pressa do governo em emancipar grupos indígenas. Eles realmente serão trabalhados nesse sentido, mas, dificilmente, isso ocorrerá durante o governo Geisel."

"Quando assumi a Pasta do Interior — recordou — o presidente Geisel mostrou-se pessoalmente empenhado em emancipar os primeiros grupos indígenas, tendo, inclusive, apontado como prioritárias algumas áreas do Rio Grande do Sul. Hoje, nós vemos que não se trata de uma medida tão simples. As comunidades do Rio Grande do Sul, inclusive, talvez não sejam as primeiras que serão liberadas da tutela, pois enfrentam sérios problemas de invasões de terra."

Outro ponto amplamente discutido foi a destinação das terras indígenas após a emancipação. O Estatuto estabelece que elas pertencem à União, estando em usufruto das comunidades indígenas. Rangel Reis acha que muitas comunidades têm terras além de suas necessidades e, por isso mesmo, deveria ser estudada a destinação dessas terras depois da emancipação. Durante a reunião no Rio, o jurista Themistocles Cavalcanti foi inquirido sobre a questão e ele mesmo admitiu que o Estatuto não se preocupou com o problema.

"Na minha opinião — disse Rangel Reis — devemos analisar a situação de cada comunidade destinando lotes com tamanho suficiente para o desenvolvimento das atividades econômicas do grupo, nos moldes do que faz o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca do Nordeste". Outros participantes levantaram a questão de que as comunidades indígenas não têm sido informadas sobre essa diminuição futura de suas posses. A Funai tem ouvido os próprios índios para estabelecer os limites das áreas indígenas e estas comunidades estão convencidas de que o governo lhes garantirá a posse permanente dessas reservas, o que poderá trazer problemas futuros com a sua redução.

CASAMENTO

Orlando Villas Boas levantou um outro ponto referente ao casamento de não índios com índios. "Em geral, ocorre sempre o casamento de um homem não índio com uma índia e raramente o inverso. Em geral, há interesse do branco em ocupar a terra do índio, existindo diversos casos em que as terras indígenas estão praticamente nas mãos de intrusos, em decorrência desses casamentos. Acho que ao regulamentar o Estatuto deveria ficar estabelecido que no caso de casamentos desse tipo o elemento índio passaria a viver fora da comunidade." Rangel Reis e Themistocles Cavalcanti não concordaram com Villas Boas, afirmando que esta seria uma medida muito arbitrária.

Do encontro realizado no Rio, ficou bem claro que realmente as próprias autoridades federais estão confusas quanto à aplicação do Estatuto, existindo uma série de interpretações para os capítulos especiais referentes à emancipação e destinação das terras. Ficou decidido que caberá ao próprio Themistocles Cavalcanti reestudar o documento, assessorado por juristas da Funai e do Ministério do Interior. Dentro de um mês haverá um novo encontro, quando o jurista apresentará o esboço do decreto de regulamentação que será encaminhado, em seguida, ao presidente da República.